



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

**21º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR
DO TRABALHO**

2ª ETAPA - PROVA DISCURSIVA

1ª QUESTÃO

Disserte sobre as afirmações abaixo, partindo do pressuposto de que estão corretas. **(20 pontos)**

a) Os direitos dos trabalhadores, previstos no artigo 7º da Constituição da República de 1988, são cláusulas pétreas na forma do artigo 60, parágrafo 4º, IV, da Constituição da República de 1988. **(10 pontos)**

b) O Ministério Público é cláusula pétrea na forma do artigo 60, parágrafo 4º, III e IV, da Constituição da República de 1988. **(10 pontos)**

2ª QUESTÃO

A Empresa Fictícia foi contratada emergencialmente por determinado estado da Federação, consoante autorizado por lei estadual, para implantar hospitais de campanha em razão

da pandemia da COVID-19. Tal empresa contrata técnicos de enfermagem sob a modalidade da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e médicos intensivistas como autônomos, mediante contrato escrito, com exigência de exclusividade e jornada diária de 8 (oito) horas de trabalho, sendo o pagamento realizado diariamente por intermédio de RPAs - Recibos de Pagamento Autônomo, sem controle estatal.

A empregada X, técnica em enfermagem, foi contratada pela Empresa Fictícia e deslocada para o setor de triagem do Hospital Campanha I. Após 29 (vinte e nove) dias no exercício da função, foi afastada por suspeita de COVID. O teste para detecção do coronavírus resultou positivo. A empregada X retornou ao trabalho após 20 (vinte) dias de afastamento e questionou o empregador sobre a ausência de emissão de CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, mas foi informada de que no seu caso não haveria a referida emissão. Com base nesse relato, responda às seguintes perguntas: **(20 pontos)**

a) O Sindicato dos Trabalhadores propôs ação coletiva contra o mencionado estado da Federação e a Empresa Fictícia, por irregularidades da contratação que se depreendem do enunciado acima. Como membra(o) do Ministério Público do Trabalho designada(o) para se manifestar nos autos, quais os aspectos e fundamentos poderia articular numa peça opinativa quanto aos limites da terceirização e à possível contratação irregular? **(10 pontos)**

b) Sob a ótica das convenções internacionais e do ordenamento jurídico nacional relativo à saúde e segurança no trabalho, agiu corretamente a empresa ao não emitir CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho? Justifique. **(10 pontos)**

3ª QUESTÃO

Foi celebrada convenção coletiva de trabalho entre o sindicato profissional e o Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de determinado município, com cláusula dispondo que as funções de motorista e cobrador seriam excluídas da base de cálculo para contratação de aprendizes e pessoas com deficiência. O Ministério Público do Trabalho ingressou com ação anulatória da cláusula referida. Considerando os fatos narrados, fundamente juridicamente o pedido veiculado pelo *Parquet* trabalhista na petição inicial. **(20 pontos)**

4ª QUESTÃO

Acerca dos recursos, responda: **(20 pontos)**

a) Com a instrução probatória incompleta, juízo trabalhista sentenciou pedidos de horas extras, deixando de julgar pedido de adicional de periculosidade em razão de prova pericial ainda não realizada. Que instituto processual foi utilizado e qual o seu fundamento legal? Conceitue e justifique. Aplica-se ao processo do trabalho? Qual a posição do Tribunal Superior do Trabalho sobre esse assunto? Qual o recurso cabível e seu fundamento? **(10 pontos)**

b) Discorra sobre distinção (*distinguishing*) e superação (*overruling*). **(10 pontos)**

5ª QUESTÃO

Os conceitos de fortuito, fato do príncipe e imprevisão não se confundem. Têm fatos geradores, requisitos e efeitos jurídicos distintos.

Diante disso e indicando os dispositivos envolvidos e a fundamentação legal: **(20 pontos)**

a) Defina e diferencie fortuitos natural e humano interno e externo, apresente os requisitos caracterizadores dos fortuitos externos e os efeitos jurídicos respectivos, previstos na lei civil. **(5 pontos)**

b) Diferencie fato do princípio trabalhista externo do interno e explique como pode o Ministério Público do Trabalho atuar em relação ao fato do princípio interno. **(5 pontos)**

c) Defina e apresente os requisitos e efeitos jurídicos da imprevisão perante a lei civil. **(5 pontos)**

d) Forneça um exemplo de imprevisão estabelecido expressamente em lei nas relações coletivas de trabalho. **(5 pontos)**